

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado sábado, dia 11 de março, 13 militares (quatro sargentos e nove praças) do NRP Mondego, que se encontra na Madeira, ter-se-ão recusado a embarcar para participar numa missão de acompanhamento de um navio russo em passagem pelas águas portuguesas, alegando falta de condições de segurança do navio da Marinha Portuguesa.

Segundo fonte da Marinha, essa recusa levou a que o Mondego não cumprisse uma missão de acompanhamento de um navio russo a norte da ilha de Porto Santo, afirmando ao mesmo tempo que os 13 militares em questão "não cumpriram os seus deveres militares, usurparam funções, competências e responsabilidades não inerentes aos postos e cargos respetivos".

Os militares que se recusaram a embarcar no NRP Mondego, decidiram, tal como avançaram à agência Lusa, tomar essa decisão face às graves limitações técnicas do navio que comprometiam a segurança do pessoal e do material, e às condições de mar previstas, considerando que não estavam reunidas as condições de segurança para o cumprimento da missão.

Segundo estes militares, o motor de bombordo e um gerador de energia elétrica estavam inoperacionais, sendo que o outro motor, o de estibordo, apresenta fugas e necessita de manutenção (cerca de 2000 horas em atraso). Ao mesmo tempo referem que o navio não possui um sistema de esgoto adequado para armazenar os resíduos oleosos a bordo, ficando estes acumulados nos porões, o que aumenta consideravelmente os riscos de um incêndio a bordo.

Essa situação foi confirmada pela Marinha, também em nota enviada à agência Lusa, reconhecendo que um dos motores do NRP Mondego está com problemas, mas afirmando que a missão a desempenhar era de "curta duração e próxima de costa, com boas condições meteo-oceonográficas".

Acrescenta ainda a Marinha que o comandante do navio tomou a decisão de prosseguir com a missão e que a "avaliação das prioridades das missões e estado do navio segue uma linha

hierárquica bem definida e estruturada", cabendo apenas à "Marinha e à linha hierárquica a definição de quais os navios em condições de cumprir com as missões atribuídas".

No caso concreto do NRP Mondego, afirma a Marinha que os navios de guerra "podem operar em modo bastante degradado sem impacto na segurança" e que a avaliação das condições de segurança do navio cabe à linha de comando e à Superintendência do Material, enquanto unidade técnica responsável.

E acrescenta ainda que "as guarnições dos navios são treinadas para operar em modo degradado, estando preparadas para lidar com os riscos inerentes, o que faz parte da condição militar.

Ora, esta é uma situação que se afigura de grande gravidade tendo com conta a importância do papel da Marinha no patrulhamento das costas portuguesas para garantir a segurança dos nossos interesses marinhos e costeiros, neste caso concreto, na zona marítima da Madeira.

A degradação dos meios colocados à disposição das nossas Forças Armadas, neste caso específico, da Marinha Portuguesa, é um problema estrutural para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (GP PSD) tem chamado a atenção, sempre com sentido de responsabilidade, procurando contribuir para a melhoria efetiva das condições em que os nossos militares desempenham as suas missões.

Se é certo que a condição militar comporta atividades de risco e que os militares disso estão perfeitamente cientes, dando disso mesmo sobejas provas na sua atuação diária ao serviço de Portugal, também não é menos certo que cabe ao poder político garantir as melhores condições possíveis de segurança para o desempenho das missões que atribuem às Forças Armadas.

Assim, parece-nos claro que este é um exemplo do que não pode acontecer, mesmo sendo um caso raro tendo em conta o empenho das mulheres e homens que compõem as nossas Forças Armadas, pois em nada contribui para a dignificação da ação da Marinha portuguesa.

Assim, no respeito das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, através de Vossa Excelência, solicitar que a Sra. Ministra da Defesa Nacional, responda às seguintes perguntas:

- Qual o estado de prontidão dos navios que compõem o dispositivo naval no território português, tendo em conta a missão atribuída a cada um deles? Estava, no passado dia 11 de março, o NRP Mondego em condições de navegar em total segurança para a embarcação e para a tripulação?
- Considera a Sra. Ministra aceitável que os meios navais, nomeadamente o NRP Mondego, sejam utilizados em condições de degradação tal que possam diminuir ou comprometer a sua capacidade operacional e a segurança do material e da tripulação?
- Sabe a Sra. Ministra desde quando estão inoperacionais o motor de estibordo e um dos geradores de energia elétrica do NRP Mondego? E quanto ao sistema de esgoto adequado para armazenar os resíduos oleosos a bordo está previsto algum melhoramento ou reparação para obviar que os óleos se acumulem nos porões do navio?
- Que missões desempenhou o NRP Mondego mesmo tendo estas avarias sido identificadas?
- Houve alguma outra missão que possa ter sido comprometida ou prejudicada pela sucessão de avarias que agora foi reportada?
- Existe já alguma previsão para a reparação do NRP Mondego, tendo em conta a gravidade das avarias assinaladas, nomeadamente o atraso de 2000 horas na revisão dos motores com os

problemas técnicos daí decorrentes?

Palácio de São Bento, 15 de março de 2023

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CRISTIANA FERREIRA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

RUI VILAR(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

JOÃO MONTENEGRO(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)